

Termo de Referência 20/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2023	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	EMANUELE FREITAS DOS SANTOS	14/12/2023 18:39 (v 9.4)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23600.074286/2023-03

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de equipamentos de Tecnologia da Informação com suporte técnico, com disponibilidade de 24 horas x 7 dias por semana, incluindo fornecimento de suprimentos e componentes internos necessários para correção de falhas de funcionamento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigência estabelecida neste instrumento.

Grupo 1

Item	Especificação	Quantidade	Métrica ou Unidade	Catser	Valor estimado unitário	Valor Estim. Mensal	Quantitativo estimado anual	Valor Estim. Anual
1	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – GABINETE MODULAR POWEREDGE M1000e.	1	UN	27740	R\$ 555,47	R\$ 555,47	12	R\$ 6.665,64
2	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SERVIDOR BLADE POWEREDGE M620	7	UN	27740	R\$ 179,33	R\$ 1.255,31	84	R\$ 15.063,72
3	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SERVIDOR BLADE POWEREDGE M630	3	UN	27740	R\$ 276,00	R\$ 828,00	36	R\$ 9.936,00
4	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – STORAGE EMC VNX 5300	1	UN	27740	R\$ 8.525,00	R\$ 8.525,00	12	R\$ 102.300,00
5	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – STORAGE UNITY 500	1	UN	27740	R\$ 9.163,29	R\$ 9.163,29	12	R\$ 109.959,48
6	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH EMC2 DS 300B	2	UN	27740	R\$ 308,03	R\$ 616,06	24	R\$ 7.392,72
7	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH FIBRE CHANNEL DE 8 GB/S BROCADE M5424	4	UN	27740	R\$ 286,33	R\$ 1.145,32	48	R\$ 13.743,84
8	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH POWECONNECT M8024	2	UN	27740	R\$ 351,33	R\$ 702,66	24	R\$ 8.431,92

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3 A licitação será composta por um grupo, contendo 08 (oito itens) conforme tabela acima, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da data de assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 A cada renovação poderão ser suprimidos quaisquer itens da contratação por interesse da administração.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 Cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir que a Universidade tenha um suporte técnico em caso de incidentes e eventos que comprometam o funcionamento dos equipamentos elencados neste processo.

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2022, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2022;

II. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;

III. Id do item no PCA: 2331;

IV. Classe/Grupo: 166;

V. Identificador da Futura Contratação: 153038-224/2021

2.4 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022/2023 da Universidade Federal da Bahia, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PDTIC	
ID	Meta do PDTIC Associada
M 4.1	Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura do Datacenter

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução de TIC consiste em serviços de manutenção preventiva e corretiva, de equipamentos de Tecnologia da Informação, com suporte técnico e disponibilidade de 24 horas x 7 dias por semana, incluindo fornecimento de suprimentos e componentes internos necessários para correção de falhas de funcionamento.

4. Requisitos da contratação

Requisitos de Negócio

- 4.1 Prover continuamente os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação;
- 4.2 Garantir a continuidade dos serviços prestados com suporte em recursos de TIC;
- 4.3 Realizar integralmente armazenamento de informações produzidas pela instituição;
- 4.4 Garantia da segurança dos dados pessoais e institucionais;
- 4.5 A contratada deverá garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da solução;
- 4.6 A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

Requisitos de Capacitação

- 4.7 Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução, a ser realizado pela contratada, conforme critérios definidos para atendimento aos serviços elencados;
- 4.8 O serviço deverá ser realizado por equipe técnica especializada da contratada com experiência em manutenção dos equipamentos listados para esta contratação. No momento da assinatura do contrato a empresa deverá apresentar relação de funcionários capacitados para fornecimento da solução. A comprovação se dará por meio de carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou certificados de capacitação.

Requisitos Legais

- 4.9 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;
- 4.10 A contratada deverá observar e cumprir a Política de Segurança da Informação da UFBA;
- 4.11 A contratada deverá observar e cumprir o Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação;
- 4.12 A contratada deverá observar e cumprir a Instrução Normativa GSI/PR Nº 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
- 4.13 Neste processo são observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

Requisitos de Manutenção

- 4.14 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

Manutenção Preventiva

4.15 Compreende verificações mensais com relação ao bom funcionamento do hardware e à atualização de drivers, softwares e firmwares necessários para todos os itens que compõem os equipamentos objeto da Contratação e, quando necessário, substituição de peças e componentes que deverão ser novos;

4.16 Os serviços deverão ser realizados mediante cronograma de execução previamente aprovado pelo Contratante;

4.17 As verificações preventivas devem ocorrer mensalmente em datas a serem definidas pelo Contratante, sendo que essas visitas devem constar no relatório (OS) mensal;

4.18 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deve realizar uma avaliação dos equipamentos, nas dependências do Contratante, em até 15 (quinze) dias corridos, a fim de identificar e realizar eventuais manutenções preventivas que se façam necessárias;

4.19 Faz parte do escopo da manutenção preventiva as seguintes atividades:

- a) Avaliação dos equipamentos;
- b) Auxiliar o levantamento e atualização de informações dos ativos para compor o Catálogo de ativos;
- c) Emissão de relatório mensal, conforme orientação da contratante.

Manutenção Corretiva

4.20 A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação (telefone, e-mail ou sistema de chamados), para abertura e gerenciamento de chamados técnicos 24x7 horas;

4.21 Os chamados técnicos serão formalizados pelo Contratante diretamente à Contratada que deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento do chamado, obedecendo rigorosamente aos prazos e às condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.22 A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação do Contratante, com início de atendimento nos prazos definidos nos acordos de níveis de serviço. Os prazos serão contados a partir da solicitação e terão como finalidade corrigir possíveis falhas de funcionamento, reparos e consertos nos equipamentos, incluindo a substituição de peças, bem como tirar dúvidas, instalar atualizações ou aplicar as melhores práticas no software /firmware;

4.23 Entende-se por início de atendimento o horário da abertura do chamado;

4.24 Quando a assistência técnica do equipamento, ou componente interno, precisar de mais de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho para sua completa manutenção e retorno ao perfeito funcionamento, o fato deverá ser comunicado imediatamente ao Contratante;

4.25 O atendimento de manutenção e suporte contemplará correção, ajustes, modificação e reinstalação de quaisquer itens que compõem os equipamentos, inclusive as interfaces de fibra ótica, conforme solicitado em chamado;

4.26 Todos os produtos destinados à reparação/substituição deverão ser novos, tecnologicamente equivalentes ou superiores;

4.27 Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto da presente contratação, inclusive as substituições de equipamentos e/ou de seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA, bem como qualquer transporte dos equipamentos retirados ou movimentados pela CONTRATADA, arcando com quaisquer danos;

4.28 Sempre que não for tecnicamente possível a execução dos serviços nas dependências do Contratante, o transporte dos equipamentos do local de retirada até a oficina da Contratada, e vice-versa, correrá por conta da Contratada;

4.29 A CONTRATADA deverá dar atendimento de manutenção nas dependências da STI/UFBA, exceto nos casos em que, comprovadamente, o mesmo deva ser reparado em laboratório externo à Universidade;

4.30 Caso os serviços não possam ser executados nas dependências do Contratante, os componentes avariados poderão ser removidos para o Centro de Atendimento da CONTRATADA, mediante justificativa por escrito

relacionando os problemas técnicos apresentados. A justificativa será analisada pelo Contratante que, em caso de concordância, emitirá autorização expressa de saída do equipamento;

4.31 Caso seja necessária a retirada de equipamentos, a CONTRATADA fica obrigada a substituir os mesmos por equipamentos sobressalentes, com as mesmas características dos equipamentos retirados, e em perfeitas condições de funcionamento, até que o(s) problema(s) nos equipamentos originais sejam solucionado(s) e o(s) mesmo(s) devolvido(s) e reinstalado(s);

4.32 Os componentes listados no item 5.7.2 devem ser substituídos logo após o início do contrato.

4.33 Em caso de retirada, o prazo para recuperação dos equipamentos (conjunto) será de no máximo 15 (quinze) dias corridos;

4.34 Caso não seja possível a recuperação do equipamento dentro do prazo definido no item anterior (4.33), a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de expiração do prazo de recuperação, para fornecimento de equipamento equivalente com as mesmas ou superiores características. O equipamento será incluído no inventário de bens da STI/UFBA, em substituição ao equipamento defeituoso, e não poderá ser retirado ou reclamado pela CONTRATADA no término da vigência do contrato.

4.35 Sempre que houver necessidade de substituição de peças, componentes e acessórios a CONTRATADA deverá emitir relatório comprovando a necessidade técnica do serviço, bem como incluir o atendimento no relatório mensal para ateste dos serviços;

4.36 É vedado o emprego de peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a CONTRATADA, sempre empregar no serviço de manutenção peças e componentes novos e originais, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei; salvo descontinuidade do fabricante, desde que respeite às especificações e não cause prejuízo aos equipamentos.

4.37 Caso haja necessidade de reposição de peças/componentes removíveis à quente (em funcionamento) como servidor de blade, fonte, disco dentre outros, a CONTRATADA deverá realizar a substituição, reconfiguração (importação de arquivos de backup), no datacenter da STI/UFBA, em até 2 (dois) dias úteis;

4.38 A CONTRATADA deverá providenciar o deslocamento do equipamento, quando necessário, bem como seu retorno ao local de origem, sendo considerado, para todos os efeitos, durante este período, como fiel depositário do mesmo.

Requisitos Temporais

4.39 Os serviços devem ser prestados de acordo com o nível de severidade dos chamados, definido no tópico 4.43, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.40 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento.

4.41 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.42 Os chamados técnicos serão classificados de acordo com a severidade devendo respeitar os respectivos prazos de solução definidos abaixo:

SEVERIDADE 1 – prazo máximo de 24 horas corridas para solução: correção de falha que cause indisponibilidade total;

SEVERIDADE 2 – prazo máximo de 48 horas corridas para solução: parcialmente inoperante, com degradação de desempenho ou ocorrência de mau funcionamento.

SEVERIDADE 3 - prazo máximo de 72 horas corridas para solução: Qualquer anomalia que altere o padrão normal de funcionamento, como a ocorrência de alarmes; esclarecimento de dúvidas e questionamentos técnicos sobre administração, configuração, otimização, troubleshooting, atualização ou utilização relacionadas a problemas de funcionamento dos equipamentos.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.43 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018);

4.44 A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

4.45 A contratada deverá coibir o vazamento de dados e fraudes digitais;

4.46. A contratada deverá observar a ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013. Tecnologia da Informação - Técnicas de Segurança

4.47 A contratada deverá observar a ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011. Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Gestão de riscos de segurança da informação

4.48. A contratada deverá observar a ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019. Técnicas de segurança — Extensão da ABNT NBR ISO/IEC 27001.

4.49 A contratada deverá observar Guia de Boas Práticas da LGPD – CCGD (Comitê Central de Governança de Dados).

4.50. A contratada deve assegurar a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e

4.51. A solução deve contemplar processo de gestão de mudanças e e gestão de capacidade.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.52 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela contratante.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.53 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante;

4.54 Trata-se o presente pleito de um processo para aquisição de serviços de manutenção e suporte, nesse pormenor cabe destacar que os ativos para os quais está se buscando os referidos serviços já se encontram implantados e em funcionamento e que os requisitos de arquitetura tecnológica foram contemplados em estrita consonância com o recomendado pelos respectivos fabricantes, sendo que os eventuais contratados deverão prestar os serviços de manutenção e suporte absolutamente em conformidade com os requisitos previamente instalados. Assim sendo, não procede enumerar-se novos requisitos.

4.55 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.56 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.57 A contratada deverá realizar o planejamento das atividades a serem executadas, relativas à manutenção preventiva e corretiva, através da elaboração de um cronograma e um plano de projeto e implementação, em consonância com as disposições constantes neste Termo de Referência;

4.58 Deve ser realizada reunião para detalhamento de todos os parâmetros de configuração da solução de tecnologia da informação;

4.59 Deve ser definido do plano de testes, em conjunto com o corpo responsável da UFBA, de cada etapa para migração dos serviços, se necessário;

4.60 Deve ser apresentado cronograma de implementação do projeto para não afetar a operação da rede atual, se for necessária migração;

4.61 Deverá ser executado por profissionais devidamente capacitados.

Requisitos de Implantação

4.62 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.63 A implantação da solução no ambiente da UFBA deve obedecer a gestão de mudança e liberação que são realizadas na STI;

4.64 Em caráter excepcional e a critério da UFBA, as atividades poderão ser realizadas em dias e horários distintos do estabelecido, definidos em comum acordo com a contratada.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.65 A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Requisitos de Experiência Profissional

4.66 Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.67 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.68 A contratada deverá apresentar uma lista com o nome de cada profissional que será utilizado na execução dos serviços, após assinatura do contrato, para fins de controle de acesso às instalações;

4.69 A contratada deverá comprovar capacitação da equipe por meio de carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou certificados de capacitação que credencie o funcionário para a prestação do serviço contratado.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.70 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.71 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.72 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

4.73 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.74 Após a execução dos serviços a contratada deve encaminhar relatório detalhando as atividades realizadas referente àquela OS.

Vistoria

4.75 É assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e de 14 horas às 16 horas;

4.76 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.77 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

4.78 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.79 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.80 Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.81 Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

4.82 Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.83 Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.84 O descarte de materiais deve ser realizado de acordo com o Plano Diretor de Logística Sustentável da UFBA.

Subcontratação

4.85 Com base na natureza dos bens a serem adquiridos, não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.86 Não poderão participar desta licitação entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Garantia da Contratação

4.87 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.88 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.89 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.90 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Sobre a divisibilidade dos itens

4.91 Entende-se que a divisibilidade dos itens não seria vantajosa para a Administração Pública, pois exigiria maior esforço operacional por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, considerando que a divisibilidade dos itens acarretaria um maior número de contratos para serem geridos e fiscalizados.

4.92 Diante do exposto, entende-se que manter a natureza dos itens indivisível é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência operacional, haja vista que a gestão permanece todo o tempo a cargo de uma gestão centralizada. Além dos benefícios supracitados, pode-se elencar as seguintes vantagens administrativas da indivisibilidade dos itens:

I - Maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido;

II - Diminuição da quantidade de servidores públicos a serem alocados para atividades de fiscalização e gestão do contrato;

III - Concentração da responsabilidade pela execução em uma equipe de gestão e fiscalização, tendo em vista a observância dos prazos;

IV - Assegurar a garantia dos resultados;

V - Reduzir custos, racionalizar recursos e garantir a qualidade dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 01 (um) dia da assinatura do contrato;

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 A execução dos serviços será feita sob demanda da CONTRATANTE, formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS);

5.1.4 Uma vez solicitado o serviço, a CONTRATADA deverá alocar equipamentos e/ou componentes e profissionais, de acordo com o definido contratualmente;

5.1.5 Informações acerca dos profissionais, serviços executados, quantitativos, materiais utilizados e prazos deverão fazer parte do processo da ordem de serviço, de modo a permitir aferição dos requisitos contratuais;

5.1.6 As Ordens de Serviço serão utilizadas como instrumento de controle de execução de serviços, segundo prioridades e critérios de racionalidade, economicidade e adequação às necessidades preconizadas pela CONTRATANTE.

5.1.7 Para efeitos de especificação de modelo de execução, as Ordens de Serviço serão classificadas quanto à periodicidade e escopo em:

Ordem de Serviço de Manutenção Corretiva;

Ordem de Serviço de Manutenção Preventiva.

5.1.8 A CONTRATADA deverá atender aos chamados durante 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive feriados. Entende-se por chamado cada ordem de serviço aberta.

5.1.9 A abertura de chamados técnicos será efetuada utilizando um dos seguintes meios de comunicação: por correio eletrônico (e-mail), por telefone e por sistema de chamados/site. Em todos os casos, o atendimento deve ser efetuado no idioma português brasileiro. No momento da abertura de um chamado, deverão ser informados pela CONTRATADA: número de protocolo (ou número único que permita a identificação do chamado), data e hora de abertura;

5.1.10 Os chamados abertos terão seus tempos contabilizados após a CONTRATADA ser notificada pela CONTRATANTE.

5.1.11 O primeiro contato da equipe técnica da CONTRATADA com a equipe técnica da CONTRATANTE, a fim de realizar o diagnóstico inicial e avaliar a necessidade de deslocamento às dependências da CONTRATANTE, deverá ser realizado no prazo máximo de 4 horas a partir da abertura do chamado;

5.1.12 Os chamados técnicos serão categorizados (nível de serviço) nos seguintes níveis de severidade:

- a) Severidade 1: Indisponibilidade total;
- b) Severidade 2: Parcialmente inoperante, com degradação de desempenho ou ocorrência de mau funcionamento;
- c) Severidade 3: Qualquer anomalia que altere o padrão normal de funcionamento, como a ocorrência de alarmes; esclarecimento de dúvidas e questionamentos técnicos sobre administração, configuração, otimização, troubleshooting, atualização ou utilização relacionadas a problemas de funcionamento dos equipamentos.

5.1.13 O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado pela CONTRATANTE no momento de sua abertura;

5.1.14 Os chamados técnicos deverão ser solucionados presencial ou remotamente nos seguintes níveis e prazos para atendimento a partir da abertura do chamado:

SEVERIDADE 1 – prazo máximo de 24 horas corridas para solução;

SEVERIDADE 2 – prazo máximo de 48 horas corridas para solução;

SEVERIDADE 3 - prazo máximo de 72 horas corridas para solução;

5.1.15 O atendimento de um chamado técnico só será considerado solucionado após autorização da CONTRATANTE;

5.1.16 O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado pela CONTRATANTE. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

5.1.17 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento por técnicos especializados para solução de problemas, sem limitação para o número de chamados;

5.2 Os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.2.1 Os serviços compreendem verificações mensais com relação ao bom funcionamento do hardware e à atualização de drivers, softwares e firmwares necessários para todos os componentes de cada item objeto do contrato e, quando necessário, substituição de peças e componentes;

5.2.2 As verificações preventivas devem ocorrer mensalmente mediante cronograma de execução previamente aprovado pela CONTRATANTE, sendo que essas visitas devem constar no relatório mensal.

5.3 Os serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.3.1 Os chamados técnicos serão formalizados pela CONTRATANTE diretamente à CONTRATADA que deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento do chamado, obedecendo rigorosamente aos prazos e as condições estabelecidas. A manutenção corretiva será realizada mediante solicitação da CONTRATANTE e terá como finalidade corrigir possíveis falhas de funcionamento, reparos e consertos nos equipamentos, incluindo a substituição de peças, bem como tirar dúvidas, instalar atualizações ou aplicar as melhores práticas no software /firmware.

5.3.2 Caso seja necessário o DESLOCAMENTO DE TÉCNICO da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, deve-se observar que:

- a) A visita técnica deve ser agendada previamente por correio eletrônico (e-mail) ou outro meio informado pela CONTRATANTE, sendo realizada apenas após autorização da equipe técnica da CONTRATANTE;
- b) Até que a equipe técnica da CONTRATANTE autorize a visita, suspende-se a contagem do prazo de atendimento;

- c) Após autorização da equipe técnica da CONTRATANTE, a contagem do prazo é reaberta;
- d) Deverá haver acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE durante todo o atendimento presencial. Tal necessidade poderá ser dispensada pela CONTRATANTE.

5.3.3 O atendimento de manutenção e suporte contemplará correção, ajustes, modificação e reinstalação de quaisquer itens que compõem os equipamentos, conforme solicitado em chamado;

5.3.4 Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços objeto da presente contratação, inclusive as substituições de equipamentos e/ou de seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA, bem como qualquer transporte dos equipamentos e/ou de seus componentes retirados ou movimentados pela CONTRATADA, arcando com quaisquer danos;

5.3.5 Sempre que não for tecnicamente possível a execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, o transporte dos equipamentos e/ou de seus componentes do local de retirada até a CONTRATADA, e vice-versa, ocorrerá por conta desta última.

5.3.6 A CONTRATADA deverá dar atendimento de manutenção nas dependências da CONTRATANTE, exceto nos casos em que, comprovadamente, o mesmo deva ser reparado em local externo.

5.3.7 Caso os serviços não possam ser executados nas dependências da CONTRATANTE, os componentes e/ou equipamentos avariados poderão ser removidos pela CONTRATADA, mediante justificativa por escrito relacionando os problemas técnicos apresentados. A justificativa será analisada pela CONTRATANTE que, em caso de concordância, emitirá autorização expressa de saída do equipamento e/ou de seus componentes.

5.3.8 Caso autorizada a retirada de componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA fica obrigada a substituí-los de imediato por componentes e/ou equipamentos, temporários, tecnologicamente equivalentes ou superiores aos retirados, e em perfeitas condições de funcionamento, até que o(s) problema(s) nos componentes e/ou equipamentos originais sejam solucionados(s) e o(s) mesmo(s) devolvido(s) e reinstalado(s).

5.3.9 O prazo para recuperação dos componentes e/ou equipamentos avariados será de no máximo 15 dias corridos após a retirada.

5.3.10 Caso não seja possível a recuperação do componente e/ou equipamento retirado dentro do prazo máximo, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de expiração do prazo de recuperação, para fornecimento de componentes e/ou equipamentos definitivos, equivalentes com as mesmas ou superiores características. O componente e/ou equipamento será incluído no inventário de bens da STI/UFBA, em substituição ao defeituoso, e não poderá ser retirado ou reclamado pela CONTRATADA no término da vigência do contrato.

5.4 Critérios de Aceitação

5.4.1 O recebimento provisório ficará a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço.

5.4.2 A assinatura do Termo de Recebimento Provisório ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a entrega dos serviços constantes das Ordens de Serviço.

5.4.3 O recebimento definitivo ficará a cargo do Fiscal Técnico do Contrato.

5.4.4 A verificação técnica e a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços efetivamente entregues deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

5.4.5 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.4.7 A CONTRATANTE será responsável pela Gestão do Contrato e pelo ateste quanto à aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços contratados.

5.4.8 Não serão aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

5.4.9 A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todos os ônus relativos à prestação dos serviços, inclusive impostos.

5.5 Local e horário da prestação dos serviços

5.5.1 Os serviços serão prestados em horários definidos pela contratante e poderão ocorrer remotamente ou presencialmente nas dependências da CONTRATANTE, a depender do tipo de serviço e da ordem de serviço aberta. A execução remota dependerá de aprovação da Contratante.

5.5.2 Os serviços presenciais serão prestados no seguinte endereço: Av. Milton Santos S/N Campus Universitário de Ondina, Superintendência de Tecnologia da Informação – Universidade Federal da Bahia, Salvador Bahia.

5.6 Materiais a serem disponibilizados

5.6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, componentes, ferramentas e utensílios necessários, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

5.6.2 Sempre que houver necessidade de substituição de peças, componentes e acessórios a CONTRATADA deverá emitir relatório justificando a necessidade técnica, bem como incluir o atendimento no relatório mensal para ateste dos serviços;

5.6.3 A CONTRATADA deve sempre empregar no serviço de manutenção peças e componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, seguindo as especificações do fabricante.

5.7 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características dos equipamentos e números de série:

It.	Descrição do Bem ou Serviço	Quantidade	Métrica ou Unidade	Número de Série
1	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – GABINETE MODULAR POWEREDGE M1000e.	1	UN	6XQG6X1
2	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SERVIDOR BLADE POWEREDGE M620	7	UN	FNPV5W1
				DNPV5W1
				JNPX5W1
				4G14J02
				BNPT5W1
				HNPY5W1

				GF3GKZ1
3	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SERVIDOR BLADE POWEREDGE M630	3	UN	278X1H2
				27732H2
				27442H2
4	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – STORAGE EMC VNX 5300	1	UN	CMK00124905463
5	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – STORAGE UNITY 500	1	UN	CKM00180102270
6	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH EMC2 DS 300B	2	UN	
				BRCALJ1936H0F6
				BRCALJ1936H0AE
7	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH FIBRE CHANNEL DE 8 GB/S BROCADE M5424	4	UN	DXQG6X1
				9XQG6X1
				CXQG6X1
				BXQG6X1

8	Serviço de assistência e suporte técnico que envolva a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças – SWITCH POWECONNECT M8024	2	UN	26VN0Z1
---	---	---	----	---------

5.7.2 Os componentes listados abaixo devem ser fornecidos e substituídos logo após o início do contrato, conforme prazos definidos neste termo de referência:

Componentes a serem substituídos no Item 04 (Equipamento storage VNX 5300)

Drive: Serial Number Z2951CNQ /TLA Part Number : 005049278PWR

Drive: Serial Number LXDXXTDL /TLA Part Number : 005049675PWR

Control station: Serial number sp-vnx-CS0

Componente a ser substituído no Item 05 (Equipamento storage UNITY 500)

Drive: Serial Number V8JYZM8W

5.7.3 A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

5.8 Formas de transferência de conhecimento

5.8.1 A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que se segue:

5.8.2 A CONTRATADA deverá se comprometer a habilitar a equipe de técnicos da CONTRATANTE ou outra por ela indicada no uso das soluções desenvolvidas e implantadas, ou produtos fornecidos no escopo do contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica pela CONTRATANTE, por meio de reunião, treinamento ou algum dos meios formais de comunicação, de acordo com o estabelecido pela equipe de fiscalização do contrato.

5.9 Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9.1 Os procedimentos de transição e finalização do contrato devem ser realizados da seguinte forma:

5.9.2 A CONTRATADA deverá continuar prestando o serviço regularmente, até o término efetivo das OS, atendendo as demandas restantes e efetuando a transferência de conhecimento para a equipe da CONTRATANTE;

5.9.3 Toda e qualquer informação produzida no âmbito da execução do objeto do contrato pelas empresas prestadoras dos serviços será de propriedade da CONTRATANTE e fica a CONTRATADA obrigada a documentar e registrar os produtos, serviços e eventos observando as metodologias e ferramentas utilizadas na CONTRATANTE;

5.9.4 Ocorrendo nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de evento formal, os documentos necessários a continuidade da prestação dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

5.9.5 A transição ao final do contrato não é atividade remunerada pela CONTRATANTE.

5.10 Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.10.1 Cada OS conterá o tipo de serviço demandado, e o prazo de atendimento, conforme descrito neste termo de referência;

5.10.2 O presente processo tem por objeto a apropriação de um set de serviços que agregam ações preventivas, evolutivas e corretivas; assim sendo, pode-se inferir a ocorrência de intervenções rotineiras, bem como de outras sob demanda;

5.10.3 A contratação em tela visa, portanto, a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, bem como software/firmware específicos, para os equipamentos /ativos de rede pertencentes ao Universidade Federal da Bahia,

5.10.6 O quantitativo geral de ativos a serem mantidos está descrito no item 5.7.

5.11 Mecanismos formais de comunicação

5.11.1 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails e Cartas.

5.12 Formas de Pagamento

5.12.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

5.13 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.13.1 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

5.13.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS A e B.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

6.7 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.8 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.8.1 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.8.2 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.8.3 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.8.4 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.8.5 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

1.

Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.10.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.10.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.11 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.13 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.14 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.15 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.16 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.17 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.17 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.18 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.19 São obrigações da CONTRATANTE:

6.19.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico e Administrativo do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.19.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.19.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.19.3 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

6.19.4 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.19.5 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

6.19.6 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

6.19.7 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer

6.20 São obrigações do CONTRATADA

6.20.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.20.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.20.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

6.20.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

6.20.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.20.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

6.20.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

6.20.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

6.20.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo C.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 7.3.1. prazo de atendimento para execução das manutenções preventivas;
- 7.3.2. prazo para iniciar atendimento após abertura de chamados das manutenções corretivas;
- 7.3.3. prazo para solução do chamado de acordo com o nível de severidade;
- 7.3.4. prazo para substituição imediata e temporária dos equipamentos avariados e retirados
- 7.3.5. prazo para recuperação dos equipamentos/componentes avariados;
- 7.3.6. prazo para substituição dos equipamentos avariados em definitivo;
- 7.3.7. utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, em qualidade ou quantidade demandada.

DO RECEBIMENTO

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do

órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI - Índice de custos da Tecnologia da Informação de correção monetária.

PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO

7.27 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.28 A verificação da adequação da conformidade dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.29 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme legislação vigente.

7.30 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.31 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

7.32 Durante a execução do objeto, será monitorado, constantemente, o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.33 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTO PARA RETENÇÃO E GLOSA NO PAGAMENTO

7.34 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme itens 7.1 a 7.3 deste instrumento.

7.35 As demais sanções aplicáveis a esta contratação, e previstas em lei, estão descritas na minuta contratual.

FORMA DE PAGAMENTO

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por grupo.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global por grupo.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Os critérios de qualificação técnica foram definidos com o objetivo de que a empresa prestadora de serviço selecionada atenda às necessidades técnica e de negócio definidas para este objeto. A licitante deve apresentar:

8.28 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. comprovação de que executou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 6 (seis) meses, contínuos ou não, podendo ser aceito o somatório dos atestados;

8.30.1.2 A apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, que comprove ter a licitante ofertado objeto compatível com os itens da contratação ou similares.

- a. O atestado deve ser apresentado em nome da licitante.
- b. Para comprovação da veracidade da informação prestada, deverá ser fornecida cópia autenticada do termo de contrato referente ao atestado de capacidade técnica apresentado, conferindo, desta maneira, mais segurança e confiabilidade.

c. Não serão aceitos atestados/declarações emitidos pela própria LICITANTE. Caso a licitante seja o próprio fabricante, excluem-se as exigências com relação a esta declaração.

8.30.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 273.493,32

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 273.493,32 (duzentos e setenta e três mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 15223/153038;

II) Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Livres da União;

III) Programa de Trabalho: 169554 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior e/ou 169556 - Reestruturação e Modernização das Instituições;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.40.12 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ;

V) Plano Interno: M20RKG01GRN e/ou V20RKG01GRN.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMANUELE FREITAS DOS SANTOS

Administradora

JEAN MENDES ARAUJO

Tecnico em TI

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo A-termo-de-compromisso-de-manutencao-do-sigilo.pdf (950.58 KB)
- Anexo II - Anexo B -termo-de-ciencia.pdf (681.4 KB)
- Anexo III - Anexo C - IMR final.pdf (507.04 KB)

**Anexo I - Anexo A-termo-de-compromisso-de-
manutencao-do-sigilo.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA sediado em **Av. Milton Santos S/N Campus Universitário de Ondina** CNPJ nº 15.180.714/0001-04.doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

[...]

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Anexo II - Anexo B -termo-de-ciencia.pdf



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Anexo III - Anexo C - IMR final.pdf

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

INDICADOR	
Nº 01 - prazo de atendimento para execução das manutenções preventivas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção preventiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Realizar a manutenção preventiva durante o mês vigente
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Serviço realizado dentro do mês vigente – 100% do valor mensal De 01 a 20 dias do mês subsequente - Desconto de 0,5% no valor mensal de pagamento por dia de atraso.
Sanções	Acima de 20 dias de atraso injustificado , considera-se não realizada atividade e poderá ser aplicada multa compensatória no valor entre 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) da parcela mensal. Pode promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 02 - prazo para iniciar atendimento após abertura de chamados das manutenções corretivas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Conforme prazos descritos nos Requisitos de Manutenção Corretiva Modelo de execução do objeto, constantes no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Conforme prazos descritos no Termo de Referência.
Mecanismo de Cálculo	Nº de horas em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X > 1 e <= 2 – advertência X > 2 e <= 4 – 99,5% do valor mensal X > 4 e <= 6 – 99% do valor mensal X > 6 e <= 8 – 98,5% do valor mensal
Sanções	Acima de 8h de atraso injustificado a multa poderá ser convertida em multa compensatória no valor entre 2% (dois por cento) até 5% (cinco por cento) do valor mensal do contrato, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 03 - prazo para solução do chamado de acordo com o nível de severidade	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Conforme prazos descritos nos Requisitos de Manutenção Corretiva e Modelo de execução do objeto, 4.42, constantes no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Nº de horas em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Atraso de X > 1 e <= 2 – advertência Atraso de X > 2 e <= 4 – 99,5% do valor mensal Atraso de X > 4 e <= 6 – 99% do valor mensal Atraso de X > 6 e <= 8 – 98,5% do valor mensal
Sanções	Acima de 8h de atraso injustificado a multa poderá ser convertida em multa compensatória no valor entre 2% (dois por cento) até 5% (cinco por cento) do valor do mensal, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 04 - prazo para substituição imediata e temporária dos equipamentos avariados e retirados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Conforme prazos descritos nos Requisitos de Manutenção Corretiva Modelo de execução do objeto, constantes no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Nº de horas em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Atraso de X > 1 e <= 2 – advertência Atraso de X > 2 e <= 4 – 98% do valor mensal Atraso de X > 4 e <= 6 – 96% do valor mensal Atraso de X > 6 e <= 8 – 94% do valor mensal
Sanções	Acima de 8h de atraso injustificado a multa poderá ser convertida em multa compensatória no valor entre 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do mensal, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 05 - prazo para recuperação dos equipamentos/componentes avariados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Conforme prazos descritos no Modelo de execução do objeto, 4.33, constante no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Ordem/ Relatório de Serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X até 2 – 100% do valor mensal X > 2 e <= 3 – 99% do valor mensal X > 3 e <= 4 – 98% do valor mensal X > 4 e <= 5 – 97% do valor mensal X > 5 e <= 6 – 96% do valor mensal
Sanções	Acima de 06 dias de atraso injustificado a multa poderá ser convertida em multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do mensal, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 06 - prazo para substituição dos equipamentos avariados em definitivo	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Conforme prazos descritos nos Requisitos de Manutenção Corretiva Modelo de execução do objeto item 4.34, constantes no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Conforme prazos descritos nos Requisitos Temporais e Modelo de execução do objeto, constantes no Termo de Referência.
Mecanismo de Cálculo	Nº de dias em atraso para atendimento = X
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X até 2 – 100% do valor da OS X > 2 e <= 4 – 99% do valor mensal X > 4 e <= 6 – 98% do valor mensal X > 6 e <= 8 – 97% do valor mensal
Sanções	Acima de 08 dias de atraso injustificado a multa poderá ser convertida em multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) do valor do mensal, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.

INDICADOR	
Nº 07 - Utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento adequado aos serviços de manutenção corretiva definidos no Termo de Referência
Meta a cumprir	Utilizar recursos humanos exigidos e materiais em quantidade e qualidade adequada
Instrumento de medição	Ordem de Serviço/Relatório de serviço
Forma de acompanhamento	Análise do fiscal do contrato
Periodicidade	Conforme prazos constantes no Termo de Referência.
Mecanismo de Cálculo	Número de ocorrências
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 – advertência X = 2 – 99,5% do valor mensal X = 3 – 99% valor mensal X= 4 - 98,5% do valor mensal
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Sanções	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento) do valor mensal, podendo promover a rescisão unilateral do contrato e aplicação cumulativa das sanções previstas no art 156 inciso I ao IV da lei 14.133 / 2021.